

ÍNDICE

1. DIREITO E ECONOMIA	13
1.1. Apresentação	13
1.2. O conhecimento do Direito. Sequência de exposição	18
2. DIREITO E SOCIEDADE. ORDENS NORMATIVAS	21
2.1. Direito objetivo, subjetivo, ciéncia do Direito	21
2.1.1. O Direito objetivo	21
2.1.2. O direito subjetivo	22
2.1.3. A ciéncia do Direito	23
2.2. Ordem jurídica e outras ordens normativas: moral, religião, trato social	23
2.2.1. Natureza social do Homem	23
2.2.2. Direito como ordem normativa	23
2.2.3. Direito, Moral, Religião, Normas de Trato Social	24
2.2.3.1. Direito	24
2.2.3.2. Direito e Moral	26
2.2.3.3. Direito e Religião	28
2.2.3.4. Direito e normas de trato social	29
3. OS VALORES PROSSEGUIDOS PELO DIREITO	31
3.1. Justiça	31
3.1.1. Justiça comutativa e equilíbrio de posições	31
3.1.2. Justiça distributiva	34
3.1.3. Justiça enquanto expressão do princípio da salvaguarda da dignidade do ser humano, igualdade e proporcionalidade	34

INTRODUÇÃO AO DIREITO

3.1.3.1. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais	34
3.1.3.2. Dignidade e princípios de atuação de órgãos do Estado em particular	37
3.1.3.3. Situações análogas – direitos e deveres económicos, sociais e culturais	39
3.1.3.4. O princípio da igualdade perante a lei	39
3.1.3.5. Proporcionalidade	44
3.2. Equidade	46
3.3. Segurança	47
3.4. O conflito entre justiça e segurança	49
3.5. Bem-estar económico e social	53
4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO E DA NORMA JURÍDICA	55
4.1. Noção de sistema e de norma jurídica	55
4.2. Características do sistema e da norma jurídica	55
4.2.1. Sistema	55
4.2.2. Norma Jurídica	58
4.2.2.1. Noção e estrutura	58
4.2.2.2. Características	60
4.2.2.2.1. Generalidade e abstração	60
4.2.2.2.2. Hipoteticidade	61
4.2.2.3. Classificações mais importantes de normas	62
4.2.2.3.1. Normas precativas	62
4.2.2.3.2. Normas proibitivas	62
4.2.2.3.3. Normas permissivas	62
4.2.2.3.4. Normas supletivas	63
5. OS RAMOS DO DIREITO	65
5.1. Noção. Direito Público e Direito Privado	65
5.2. Direito interno, da União Europeia e Direito internacional	66
5.3. Direito Público Interno	68
5.3.1. Direito Constitucional	68
5.3.2. Direito Penal	69
5.3.3. Direito Fiscal	69
5.3.4. Direito Administrativo	70
5.3.5. Direito da Segurança Social	70
5.3.6. Direito Financeiro	71

5.3.7. Direito dos Registos e Notariado	71
5.3.8. Direito Processual	71
5.4. Direito Privado Comum	72
5.4.1. Direito das Obrigações	72
5.4.2. Direitos Reais ou das Coisas	72
5.4.3. Direito da Família	72
5.4.4. Direito das Sucessões	73
5.5. Direito Privado Especial	73
5.5.1. Direito Comercial	73
5.5.2. Direito do Trabalho ou Laboral	73
5.5.3. Direito da Propriedade Intelectual	73
5.5.4. Ramos Híbridos	74
 6. SISTEMA JURÍDICO E SISTEMA POLÍTICO	75
6.1. Sistemas jurídicos Romano-Germânico e Anglo-Saxónico	75
6.2. Sistema político-jurídico	81
6.2.1. Considerações gerais	81
6.2.2. Noção de Estado	81
6.2.3. Forma do Estado	84
6.2.4. Funções do Estado	85
6.2.5. A Constituição da República Portuguesa	86
6.2.5.1. Considerações gerais	86
6.2.5.2. Noção de Estado de Direito Democrático	87
6.2.5.3. Organização do poder político	90
6.2.5.4. Tribunais	103
6.2.5.4.1. Função jurisdicional	103
6.2.5.4.2. Organização	109
6.2.5.4.3. O Ministério Público	112
6.2.5.4.4. Patrocínio forense	114
 7. FONTES DE DIREITO	117
7.1. Noção e enumeração, hierarquia	117
7.1.1. Lei e Normas Corporativas	118
7.1.2. Regulamentos	119
7.1.3. Hierarquia	121
7.2. Processo de formação das Leis e regulamentos	123
7.2.1. Assembleia da República	123
7.2.2. Governo	125

7.2.3. Os Regulamentos	125
7.2.4. Direito Infraestadual: regiões autónomas e autarquias locais	127
7.3. Outras fontes	127
7.3.1. Costume	127
7.3.2. Usos	128
7.3.3. Doutrina	128
7.3.4. Jurisprudência	128
7.3.5. Equidade	129
7.4. Inconstitucionalidade e Ilegalidade	130
7.4.1. Inconstitucionalidade de normas	130
7.4.2. Ilegalidade de normas	131
7.4.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade pelo TC	132
7.4.4. Ilegalidade de normas regulamentares	133
8. APLICAÇÃO DA LEI	135
8.1.1. Questões prévias	135
8.1.2. Vigência de Direito supraestadual	136
8.1.3. Vigência de lei e atos legislativos internos	137
8.1.4. Vigência de regulamentos	140
8.2. Aplicação da Lei no Tempo e no espaço	141
8.2.1. Aplicação no tempo	141
8.2.2. Aplicação no Espaço	144
8.3. Interpretação da Lei	145
8.3.1. Elementos da Interpretação	145
8.3.2. Processos Interpretativos	146
8.3.2.1. Interpretação Declarativa	146
8.3.2.2. Interpretação Extensiva	146
8.3.2.3. Interpretação Restritiva	146
8.3.2.4. Interpretação Corretiva	147
8.3.2.5. Interpretação Abrogante	147
8.3.2.6. Interpretação Enunciativa ou Explicitadora	147
8.3.2.7. Interpretação Optativa	147
8.4. Integração de Lacunas	147
9. A RELAÇÃO JURÍDICA	149
9.1. Noção e estrutura (em geral)	149

9.1.1. Noção	149
9.1.2. Conteúdo	151
9.1.3. Elementos (estrutura em geral)	152
9.2. Estrutura (em especial)	153
9.2.1. Sujeitos	153
9.2.1.1. Pessoas Singulares	153
9.2.1.1.1. Personalidade e capacidade	153
9.2.1.1.2. Incapacidades	155
9.2.1.2. Pessoas Coletivas	159
9.2.1.2.1. Generalidades	159
9.2.1.2.2. Classificações	161
9.2.1.2.3. Associações	162
9.2.1.2.4. Fundações	163
9.2.1.2.5. Sociedades	165
9.2.1.2.5.1. Generalidades	165
9.2.2. Objeto	168
9.2.3. Facto jurídico (em geral)	176
9.2.3.1. Noção, classificações, princípios	176
9.2.3.2. Atos jurídicos	181
9.2.3.3. Negócio jurídico	183
9.2.3.3.1. Elementos e pressupostos. Sequência	183
9.2.3.3.2. A declaração negocial e forma do negócio	184
9.2.3.3.3. Formação do negócio	186
9.2.3.3.4. Representação	189
9.2.3.3.5. Culpa na formação do negócio. A boa fé	190
9.2.3.3.6. Elementos que podem integrar o conteúdo dos negócios	191
9.2.3.3.7. Cláusulas contratuais: proteção do aderente	192
9.2.3.3.8. Legitimidade	192
9.2.3.3.9. Objeto e fim	193
9.2.3.3.10. Causa	194
9.2.3.3.11. Invalidade e ineficácia	195
9.2.3.3.11.1. Noção, modalidades, distinção de inexistência e ineficácia	195
9.2.3.3.11.2. Em especial: falta e vícios de vontade	199

9.2.3.3.11.2.1. Considerações gerais	199
9.2.3.3.11.2.2. Divergência intencional entre a declaração e a vontade real	199
9.2.3.3.11.2.3. Declarações não sérias	201
9.2.3.3.11.2.4. Divergências não intencionais entre a declaração e a vontade real	201
9.2.3.3.11.2.4.1. Falta de Consciência da Declaração	201
9.2.3.3.11.2.4.2. Erro obstáculo ou erro no comportamento declarativo	202
9.2.3.3.11.2.4.3. Vícios de vontade	203
9.2.4. Facto jurídico (em especial)	207
9.2.4.1. Considerações gerais	207
9.2.4.2. Contratos em especial: a compra e venda	208
9.2.4.2.1. Noção e classificação	208
9.2.4.2.2. Forma	210
9.2.4.2.3. Efeitos	212
9.2.4.2.4. Modalidades	219
9.2.4.2.4.1. Generalidades	219
9.2.4.2.4.2. Venda a filhos ou netos	219
9.2.4.2.4.3. Venda de bens alheios	220
9.2.4.2.4.4. Venda de bens onerados	221
9.2.4.2.4.5. Venda de bens de titularidade incerta	222
9.2.4.2.4.6. Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição	222
9.2.4.2.4.7. Venda a contento e venda sujeita a prova/vendas à distância e fora do estabelecimento comercial	224
9.2.4.2.4.8. Vendas automáticas	235
9.2.4.2.4.9. Venda a retro	236
9.2.4.2.4.10. Venda a prestações e locação venda	237
9.2.4.2.4.11. Venda sobre documentos	239
9.2.4.2.4.12. Venda de coisas defeituosas	239
9.2.4.3. Responsabilidade Civil	253

9.2.4.3.1. Noção, distinção face a outros tipos de responsabilidade	253
9.2.4.3.2. Responsabilidade civil subjectiva	254
9.2.4.3.2.1. O facto ilícito	254
9.2.4.3.2.2. A culpa	255
9.2.4.3.2.3. O Dano	255
9.2.4.3.2.4. Nexo de causalidade	256
9.2.4.3.2.5. Obrigação de indemnizar	257
9.2.4.3.3. Responsabilidade civil objectiva	259
9.2.5. Garantia	261
9.2.5.1. Da relação jurídica em geral	261
9.2.5.2. Da relação jurídica obrigacional	265
9.2.5.2.1. Noções gerais	265
9.2.5.2.2. Garantias pessoais	270
9.2.5.2.2.1. Generalidades	270
9.2.5.2.2.2. Fiança	271
9.2.5.2.2.3. Outras situações	273
9.2.5.2.3. Garantias reais	275
9.2.5.2.3.1. Generalidades	275
9.2.5.2.3.2. Consignação de rendimentos	275
9.2.5.2.3.3. Penhor	276
9.2.5.2.3.3.1. Penhor de coisas	277
9.2.5.2.3.3.2. Penhor de direitos	279
9.2.5.2.3.3. Hipoteca	282
9.2.5.2.3.4. Privilégios creditórios	286
9.2.5.2.3.5. Direito de retenção	288